

# Governo confessa que gastou sem autorização do Congresso

JORNAL DO BRASIL

Jamil Bittar — 8/11/89

BRASÍLIA — O secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente, confessou ontem, durante reunião de lideranças na Comissão Mista de Orçamento, que o governo efetuou despesas não autorizadas pela lei orçamentária, o que é ilegal. Convocado para esclarecer, um a um, os 14 pedidos de crédito suplementar enviados esta semana à comissão, Parente, resolveu levar um assessor. Na discussão de um projeto de crédito destinando recursos às universidades federais, o assessor foi implacável: "Isto já foi feito; é só pagar".

— Como, já gastou? Com que autorização? E a lei 4.320, que proíbe este tipo de procedimento? Como é que se gasta sem empenho, se não tem orçamento? — bombardeou o senador Walmir Campelo (PFL-DF).

A confissão veio em seguida com uma explicação desconcertada do próprio Pedro Parente: "Sinto-me muito constrangido. Isto é errado mesmo, mas até nós, do órgão central, temos dificuldades de saber o que está acontecendo nas unidades orçamentárias. A gente realmente não sabe o que ocorre".

Do dia 1º de dezembro para cá,



Pedro Parente: constrangido

chegaram à Comissão de Orçamento nada menos que 42 pedidos de créditos adicionais. "Somente nos três últimos dias chegaram três jumbos", queixou-se o vice-presidente, deputado Sérgio Galdenzi (PDT-BA), referindo-se ao valor

dos projetos, que somam Cr\$ 7 trilhões. O envio desses pedidos de verbas suplementares na última hora irritou os integrantes da comissão, dos governistas ao PT, que lançaram uma enxurrada de protestos contra o secretário de Planejamento. Um dos mais duros foi o vice-líder do bloco governista, deputado Messias Góis (PFL-SE).

"O governo tem que entender que a Comissão de Orçamento mudou. Tem que ter prazo para apreciar as matérias. Na marra, não se aprova nada", disse Messias. Até mesmo o senador Salданha Derzi (PRN-MS), um radical na defesa do governo, não se conteve: "É um desrespeito enviar uma massa de recursos dessa na última hora". Para o vice-líder do PSDB, Paulo Hartung (ES), o excesso de créditos adicionais revela que o governo destinou as verbas do orçamento desordenadamente e perdeu o controle da execução. "Chegamos ao absurdo de credores do governo que fizeram obras antes da liberação dos recursos baterem à porta da comissão", argumentou Hartung (PSDB-ES). "Agora estão querendo consertar tudo na última hora", complementou Galdenzi.